

O QUE VAI E O QUE FICA? A PROPÓSITO DO NOVO LIVRO DE LUÍS AUGUSTO FISCHER

WHAT CHANGES AND WHAT REMAINS? COMMENTS
ABOUT LUÍS AUGUSTO FISCHER'S NEW BOOK

Fernando Breda

ORCID 0000-0003-1694-1561

Universidade de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil.

Resenha de: FISCHER, Luís Augusto. *Duas formações, uma história*: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio. Porto Alegre: Arquipélago, 2021.

Em uma formulação bastante conhecida entre estudiosos do pensamento social brasileiro, Paulo Arantes assinala que,

salvo em casos flagrantes de autoengano deliberado, todo intelectual brasileiro minimamente atento às singularidades de um quadro social que lhe rouba o fôlego especulativo sabe o quanto pesa a ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de formação. (ARANTES, 1997, p. 11).

Pouco mais adiante no mesmo ensaio, Arantes esclarece o sentido de sua noção de *formação*: “o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso [Brasil] de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução (...) na direção do ideal europeu de civilização relativamente integrada – ponto de fuga de todo espírito brasileiro bem formado” (ARANTES, 1997, p. 12).

Nos últimos anos, no entanto, esse mesmo paradigma (meio normativo, meio conceitual) vem passando por um curto-circuito bastante peculiar: seus próprios entusiastas têm indicado uma certa extemporaneidade do modelo. Segundo eles, tal descompasso seria resultante do esgotamento da ideia de desenvolviment(ism)o, ou ainda, daquilo que Robert Kurz chamou de “colapso da modernização” (KURZ, 1992, p.165).

Nesse cenário de impossibilidade de nivelamento por cima com os “países desenvolvidos”, abriria-se ao Brasil, então, um novo tempo histórico

já não mais passível de integração. Como se “a porta de transformação” tivesse se fechado, restando um quadro lastimável de desligamento definitivo entre povo e uma elite muito bem integrada à dinâmica mais moderna da ordem internacional (SCHWARZ, 2014).

Ou, por outra, operando um recuo ainda maior no tempo, como se já com o Golpe Civil-Militar de 1964 se dissipasse do horizonte histórico uma noção positivada da modernização, levando ao centro das reflexões “formativas”, já não mais “linhas evolutivas mais ou menos contínuas”, mas justamente “como a modernização que inegavelmente ocorria no país não só não gerava ‘superações’ de iniquidades, como, ao contrário, incorporava-as à própria lógica modernizada de acumulação capitalista em país periférico” (SCHWARZ, 2014).

De modo que essa conjunção entre progresso e acumulação de capital (e não, como se esperou um dia, melhor distribuição das riquezas) causou, sem dúvida, abalos sísmicos nas estruturas intelectuais vinculadas à ideia de formação do Brasil.¹

Não obstante, a não poucos estudiosos e pesquisadores o colapso do prognóstico de formação nacional não afetaria a capacidade diagnóstica dos modelos interpretativos engendrados nessa tradição. Como se restasse o método ileso em que a projeção histórica naufragou.

Ocorre que nessa insistência há um problema significativo: se a extemporaneidade dos ideais formativos passa principalmente pela transformação radical da economia global e de mudanças políticas, sociais e culturais no país, como pode o modelo de sondagem do objeto (no caso, o Brasil) manter-se incólume? Não se trata, evidentemente, de uma crítica *a posteriori* de uma ilusão passada,² mas justamente o questionamento da capacidade operativa de um modelo cuja força atual reside na crítica do que “não foi”. Trocando em miúdos: tal Brasil, qual modelo?

Ora, passadas quase seis décadas do Golpe de 1964, a noção de formação, ou melhor, a orfandade político-intelectual proveniente de sua extemporaneidade, ainda assola parte importante da intelectualidade brasileira, de modo que não há à vista modelos político-intelectuais que possam ter a dimensão animadora do velho modelo formativo. Parodiando Nancy Fraser parodiando Gramsci, o quadro que se arma é de um velho morto já frio, mas

1 Obras como *Crítica à razão dualista, Ornitorrinco, A fratura brasileira do mundo e Um mestre na periferia do capitalismo* são exemplos de produções diretamente impactadas por essa “decepção histórica”.

2 Ainda que a ilusão histórica seja hoje evidente, a “pílula era dourada”. O país passava por um momento de cruzamento de fatores (crescimento econômico de destaque mundial, consolidação de uma indústria nacional, crescimento do mercado interno, reconhecimento internacional da Bossa Nova, construção de Brasília e a conquista da Copa do Mundo em 1958 e 1962) que colocavam o Brasil num outro patamar do mapa cultural do Ocidente. De forma que tal cenário, fazia figura aos brasileiros – e também ao mundo – de que a hora do país “estava chegando” (formulação, aliás, bastante adequada à epistemologia formativa).

que não se pode sepultá-lo porque o novo parece que ainda não pode nascer. E pior: já não há às mãos o velho, nem o novo.

É na procura de um preenchimento ainda dessa ausência que veio a público o trabalho *Duas formações, uma história*, de Luís Augusto Fischer. E o livro dá ainda outra volta no já espanado parafuso: não só o futuro do país teria se alterado com o tempo, como, segundo o autor, o tempo teria alterado significativamente o passado brasileiro, ao ponto de pressupostos históricos fundamentais à noção de *formação* terem simplesmente perdido sua validade crítica (ou historiográfica, mais precisamente). Seu nó central? A noção de sentido da colonização, tal como foi concebida por Caio Prado Jr.

Apoiando-se nas pesquisas históricas de João Luis Fragoso, Manolo Florentino, Jorge Caldeira e Hebe Matos – que seriam sustentadas, conforme aponta-se no livro, por novas metodologias, abordagens e documentos históricos –, Fischer questiona a validade histórica da hipótese interpretativa de Caio Prado a partir da consideração de existência (pouco comentada até os anos 1980) de um importante mercado interno no Brasil oitocentista. De modo que a simples existência dessa dinâmica interna como que faria cair por terra uma noção (caiopradiana) algo unívoca do país como um simples arremedo comercial latifundiário cujas energias estavam todas voltadas ao abastecimento do mercado externo.³

Em se considerando que a hipótese histórica de Caio Prado sobre o sentido da colonização está na base de grande parte das interpretações do Brasil ligadas à ideia de formação, essas mesmas interpretações teriam, então, de ser revistas sob os novos paradigmas e achados historiográficos. Conforme aponta Fischer, o problema reside em uma redução de um largo espaço-tempo a uma (enorme, mas não tanto) fazenda monocultora voltada à exportação; redução que englobaria todo passado colonial até o século XIX, incorporando igualmente todo o território nacional. Assim, surge na pena do professor gaúcho uma nova visão dos “inorgânicos”: já nem tão minoritária, como dotada também de meios bastante razoáveis de vida e criações culturais.⁴

Passando ao campo da literatura, como o próprio autor propõe, o abalo dessas “fantasias interpretativas de Caio Prado Jr. sobre o passado colonial

³ Grosso modo, para Caio Prado, o Brasil e sua população poderiam ser divididos em duas grandes formações sociais cujo vínculo com o mercado externo seria sua marca determinante. No caso, haveria os orgânicos, vinculados diretamente (seja no papel de senhor de engenho, escravo, trabalhador etc.) à produção de matérias-primas para abastecimento dos mercados centrais do capitalismo, e os inorgânicos. Estes seriam em menor número e estariam descolados (ou com uma ligação débil) dos fluxos produtivos voltados à grande exploração colonial. No caso, seria própria a essa população inorgânica, não apenas o vínculo frágil como, segundo Prado Jr., “incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução dos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos”.

⁴ Em sua revisão historiográfica, Fischer chega mesmo a sugerir uma nova estratificação social, em que os senhores de engenhos deixariam de ser a elite do dinheiro, dando lugar aos traficantes de escravos.

brasileiro” afetaria diretamente grandes nomes da crítica literária brasileira, uma vez que elas são “seguidas sem reparos por Schwarz e com reparos por Antonio Candido” (FISCHER, 2021, p. 321) – apenas para ficarmos entre dois dos mais destacados. Assim, muito do que é mais consagrado na crítica literária nacional teria de ser revisto à luz desse novo quadro histórico que se apresenta sobre o passado.

A radicalidade do gesto é notória: chama atenção o vigor intelectual a que o já não tão jovem crítico se propõe para realizar essa travessia difícil e o espírito “aventureiro”, mesmo quando da escrita para uma titulação institucional. Mas, dialogando com seu próprio tempo, o levantamento dos problemas não encontra propriamente solução.

Procurando contornar a dissonância de visões, parece que Fischer acaba por realizar uma tentativa de salvamento da própria ideia de *formação*, a qual procurava justamente dar um passo além (ou aquém) – algo similar ao que propõe Peter Szondi a respeito de certo naturalismo no teatro que, procurando se haver com os impasses do drama burguês, aburguesou personagens do proletariado. No caso de Fischer, todavia, sua tentativa de salvamento se dá na paradoxal procura (ainda) de uma unidade nacional em que ela já não se demonstraria possível... segundo o próprio autor.

O esquema é interessante: de um lado do país haveria o sistema-mundo (não é exatamente essa a terminologia usada pelo autor, mas o paralelo tem serventia aos nossos propósitos) da *plantation*, do outro, o do sertão. Ao primeiro, as teorias caiopradianas da formação manteriam seu vigor histórico à medida que foram formuladas justamente para descrição desse mundo social. O sertão, ao contrário, restaria ainda não devidamente teorizado – em realidade, as teorias feitas a seu respeito seriam como que fora de lugar, uma vez que não dariam conta da matéria histórica sertaneja (o Brasil cujos olhos não estariam voltados tão somente ao mercado externo).

Para dar conta, pois, de formular algo como uma teoria social do sertão (literário), Fischer faz um percurso que parte justamente do questionamento dos pontos cegos de dois de seus principais pilares e interlocutores intelectuais: Antonio Candido e Roberto Schwarz.

Do primeiro, ao indagar os limites de sua visão modernista, distancia-se do senso de unidade nacional proposto, por exemplo, em *Formação da literatura brasileira*.

Quanto ao segundo, Fischer reconhece com argúcia a existência de um modelo disperso, e não propriamente assumido, em torno das “ideias fora do lugar”; em seguida, assinala a especificidade histórica desse modelo, cujo funcionamento se adequaria tão somente ao espaço-tempo da *plantation*. As razões apontadas por Fischer orbitam em torno, sobretudo, da ausência de uma consideração estrutural da política no pensamento de Schwarz,

fazendo-o deixar de ver que a especificidade do tempo-espaço das ideias fora do lugar é o Brasil-*plantation* oitocentista, em que o peso do arcaísmo como projeto (na forma de uma monarquia constitucional) era acentuado.⁵ A esse respeito, assinala ainda que estender a abrangência do modelo “ideias fora do lugar” a um lugar/tempo “fora” da *plantation* cobraria seu preço na obliteração política, subjetiva e literária de personagens (da maior importância em livros de “literatura menor”) como tropeiros, vaqueiros, caboclos, pequenos produtores e indígenas no esquema schwarziano.

E aos dois em conjunto, critica um certo evolucionismo teleológico no enquadramento das produções literárias brasileiras cujo fim seria o modernismo paulista. Assim, Machado, aproximando-se dos ideais nacional-modernistas de Mário de Andrade “antes do tempo”, seria um mestre; ao passo que depois deles nada seria capaz de superação, dado que o ponto máximo já teria sido alcançado.

Uma vez apanhado o peixe pontos-cegos-dos-mestres, o que fazer com o fedor? Procurando se desgrenhar da rede de problemas que armou, Fischer recorre à ideia de *comarca* para dar conta de regionalidades literárias não contempladas no Brasil de Candido e ao *sertão* para tratar do lugar fora das ideias de Schwarz – uma espécie de “enquanto isso” que ficaria aquém (ou além) da literatura de unidade-Brasil.

E aí é que a coisa começa a se complicar: a crítica ao modelo escorrega naquilo que ela própria procurou se distanciar. Indo direto ao ponto, será mesmo que Fischer consegue sair do modelo de formação proposto de uma origem comum unitária? A valorização de Guimarães Rosa como o ponto máximo da literatura sertaneja não é também (e ainda) medida pela escala de valores modernista, cuja hegemonia cultural Fischer vê com maus olhos? Na perspectiva do crítico, o valor de Rosa não seria ligado a seu influxo “descobridor” do sertão, aliando tradição popular, modernidade intelectual urbana e o olhar curioso da *plantation* sobre seu Outro patricio? Bem ou mal, algo próximo ao próprio projeto estético-institucional que Mário de Andrade procurou levar a cabo em sua vida. De todo modo, não seria teleológica a própria noção de Rosa como ponto máximo da literatura sertaneja (seguido de apodrecimento)?

No mais, ainda que a divisão *plantation*/sertão renda boas ideias, há suposições/generalizações que não funcionam: na associação pouco mediada entre sertão e perspectivismo ameríndio, por exemplo, salta aos olhos a inserção de um modelo epistemológico a esse lugar-sertão que procura fazer encaixar na teoria obras que parecem não se ajustar propriamente ao modelo (vide *Os sertões*).

⁵ No que explicita sua adoção do modelo historiográfico de Fragoso e Florentino.

Essas questões e saltos, ainda que deixem o leitor contrafeito a suposições e palpites pouco fundamentados, convivem, por outro lado, com sugestões de grande valia. O que se explica, em parte, pela própria forma do texto: escrito como tese de titulação, o texto guarda a ousadia de um tom memorial (verdade também que, por vezes demasiadamente, autocontemplativo – a quantidade de autocitações, anedotas e “desculpas” do autor atesta algo nesse sentido –, atrapalhando o andamento da leitura), contrastante, por sua vez, com a fórmula séria, tão comum ao gênero.

Talvez os pontos altos, não esperados do livro, sejam incorporações metodológicas próprias das ciências biológicas, embaralhando com leveza discussões de método que não raro beiram a monotonia formal e, principalmente, a sugestão de uma dimensão estrutural na literatura brasileira de narradores memorialistas.

Pensando na articulação proposta por Franco Moretti (2008) entre opinião pública e voz narrativa romanesca, Fischer propõe uma interessantíssima visão de conjunto a respeito de uma certa tendência memorialística em grandes romances brasileiros. Segundo o autor, na ausência de uma vida pública comum em que os tratos de confiança pudessem se estabelecer de maneira institucionalizada, restaria aos narradores desses romances fiar a si mesmos uma capacidade de se portarem como a fonte de suas próprias narrativas. O que, a contrapelo, deixa revelar também quem são esses narradores: socialmente habilitados e permitidos a se advogarem como confiáveis (e não esqueçamos das lições desconfiantes de Machado nesse sentido).

Em todo caso, jogando o livro contra o próprio livro, não seria a unidade dessa estruturante memorialística a própria unidade entre sertão e *plantation* a que se costumou dar o nome de “Brasil”? Nem ao céu, nem à terra, o interesse de Fischer na procura de um modelo que permite um “enquanto isso” parece sempre esbarrar em uma movimentação rumo à unidade que seria própria de sua formação calcada em Schwarz e Candido.

Não obstante as oscilações de qualidade entre os voos intelectuais do livro, o trabalho de Fischer sem dúvida contribui significativamente aos dilemas e enfrentamentos da orfandade da noção de *formação do Brasil*. Não sendo nem uma nova história da literatura, nem um modelo historiográfico, o livro oferece ótimas reflexões a respeito de condições contemporâneas à formulação de uma nova história da literatura brasileira... Resta saber se o “ao” do subtítulo do livro diz respeito aos temas percorridos pelo autor, a uma cronologia linear entre uma coisa e outra, a um balanço de sua trajetória, ou a uma sugestão de “superação” que, no entanto, o livro não realiza.

Ao final, não há modelo, mas sabe-se que nada ficou como antes: o país, seu futuro e seu passado, a literatura e as formas de olhar para ela.

Referências

- ARANTES, Paulo. Providências de um crítico literário. *In*: ARANTES, Paulo; ARANTES, Otília. *Sentido da Formação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 7-66.
- FISCHER, Luís Augusto. *Duas formações, uma história*: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio. Porto Alegre: Arquipélago, 2021
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- MORETTI, Franco. *A literatura vista de longe*. Porto Alegre: Arquipélago, 2008.
- SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

Fernando Breda. Mestre em Teoria e História Literária pela UNICAMP, atualmente é doutorando no programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da USP.

E-mail: fcbreda59@gmail.com

Recebido em: 22/11/2022

Aceito em: 15/03/2023

Declaração de Autoria

Fernando Breda, declarado autor, confirma sua participação em todas as etapas de elaboração do trabalho: 1. Concepção, projeto, pesquisa bibliográfica, análise e interpretação dos dados; 2. Redação e revisão do manuscrito; 3. Aprovação da versão final do manuscrito para publicação; 4. Responsabilidade por todos os aspectos do trabalho e garantia pela exatidão e integridade de qualquer parte da obra.

Parecer Final dos Editores

Ana Maria Lisboa de Mello, Elena Cristina Palmero González, Rafael Gutierrez Giraldo e Rodrigo Labriola, aprovamos a versão final deste texto para sua publicação